

QUESTÃO INDÍGENA

Invasão de reserva por índios vai à Justiça

Fotos Epitácio Pessoa/AE

Fundação estadual pede reintegração de posse de 10 hectares do Parque Intervales, sul de SP

ZULEIDE DE BARROS

SÃO VICENTE – Tramita na 4.ª Vara Federal de Santos um pedido de reintegração de posse da Fundação Florestal, que administra a área de preservação ambiental do Parque Estadual Intervales, no sul de São Paulo, contra a Fundação Nacional do Índio (Funai). Os invasores, conforme o processo, são índios guaranis, que ocupam uma área de 10 hectares do parque desde fevereiro do ano passado. Para o órgão estadual, a Funai seria a responsável pela migração desse grupo, do qual fariam parte índios trazidos clandestinamente da Argentina.

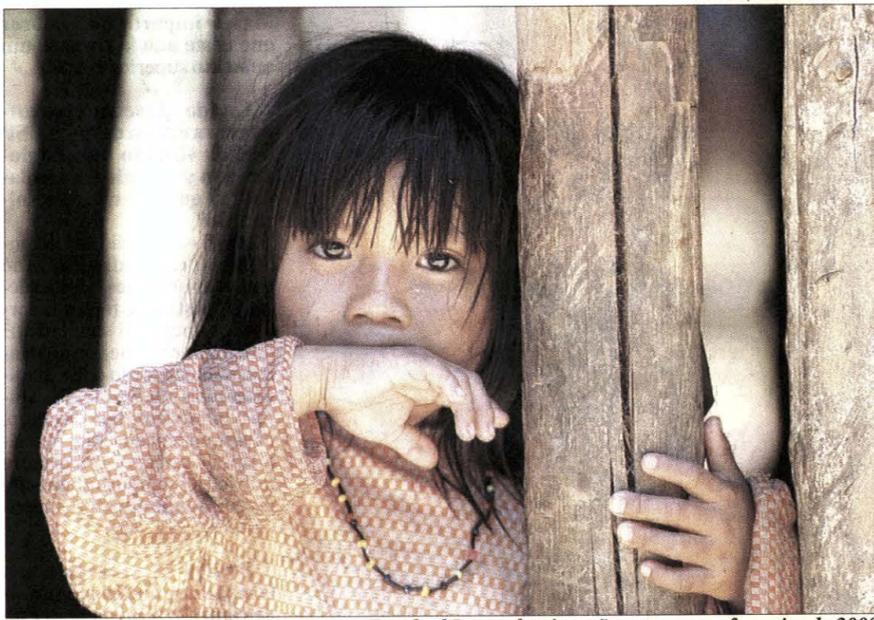
Órgãos ambientalistas e indígenas costumam trabalhar em sintonia quando há problemas envolvendo o meio ambiente e os índios. Mas desta vez entraram em conflito. “Há uma orquestração no sentido de destruir as áreas de preservação, que custaram muito caro aos cofres paulistas, em termos de desapropriação”, afirma o advogado Antonio Teleginski, autor da ação que contesta a atitude da Funai.

O Parque Estadual Intervales foi criado pelo Decreto Estadual 40.135, de 8 de junho de 1995. É uma floresta de 49 mil hectares, declarada como Reserva da Biosfera e patrimônio natural mundial, a 200 quilômetros de São Paulo. Com as reservas vizinhas, o Parque Estadual Carlos Botelho e o Parque Turístico do Alto Ribeira (Petar), forma o chamado Contínuo Ecológico de Paranapiacaba, com 120 mil hectares, a parcela mais significativa e protegida da mata atlântica brasileira.

Roçado – No processo que está em sua fase inicial na Justiça, Teleginski destaca que em 24 de fevereiro de 2000 “houve uma invasão” do parque, no município de Sete Barras, por índios de origem argentina, procedentes da região de Misiones. Eram cinco famílias, totalizando 18 pessoas, que abriram uma área de roça de aproximadamente 90 metros quadrados, perto do Rio Manoelzinho, sendo liderados pelo cacique Ailton Garcia. Em maio deste ano, relata o advogado, chegaram mais 55 índios, que invadiram e destruíram a mata nativa.

Em seguida foi instalada uma represa para abastecê-los, construída por intermédio da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), o que teria provocado desmatamento e degradação do rio. Agora os índios reivindicam a instalação de estradas, luz elétrica e escolas para os seus filhos.

“A reivindicação é mais do que justa, mas não em uma área de floresta, uma unidade de conservação que deve ser preservada para as gerações futuras”, critica o advogado, lembrando que hoje 118 índios estão no parque. Outro contingente pode estar a caminho, adverte Teleginski, que já teve uma participação ativa nos trabalhos de demarcação das aldeias indígenas



Menina do grupo de guaranis no Parque Estadual Intervales: invasão ocorreu em fevereiro de 2000



Habitacões de pau-a-pique abrigam os mais de 100 índios que ocupam duas clareiras abertas entre os Rios Quilombo e Saibadela, em Sete Barras



Cacique Ailton Garcia, que fala português sem sotaque, garante que todos eles são brasileiros e vieram de outros Estados

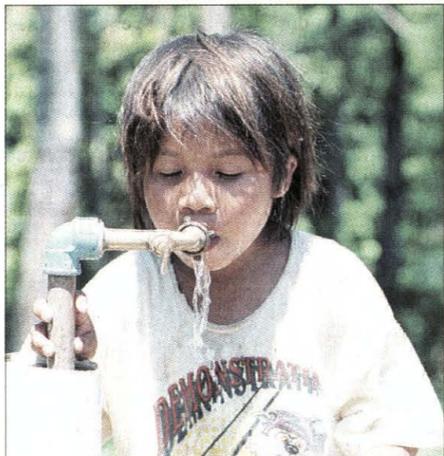
mais antigas no Estado e agora defende que os guaranis sejam alojados em Mongaguá ou no Alto dos Itatins, no próprio Vale do Ribeira.

A Funai rebate as acusações. Para o administrador regional do órgão, Rômulo Siqueira de Sá, está havendo muito radicalismo por parte da Fundação Florestal. Ele ga-

de 1987 os guaranis têm migrado de Estados como o Paraná e Santa Catarina para o litoral paulista.

Identificação – Segundo o representante da Funai, atendendo pedido do Ministério Público Federal, a instituição está providenciando as certidões de nascimento de todos os índios do parque, a fim de provar que todos são brasileiros. Ele diz que também não procede a informação de que um contingente ainda maior estaria sendo trazido para aquela área. Siqueira de Sá afirma que, antes de ser considerada uma reserva ambiental, o Parque Estadual Intervales já foi uma reserva indígena, conforme levantamento da Funai.

“Tínhamos um acordo de que não entraríamos mais índios, nem se permitiriam maiores impactos na área até que se definisse o destino daquelas famílias”, disse o diretor da Fundação Florestal, Roberto Fernandes. “Em nenhum momento achamos que eles iriam ficar definitivamente lá.” Além da ação na Justiça Federal, a Fundação Florestal entrou com representação na Delegacia Regional de Polícia de Sete Barras e na Procuradoria de Meio Ambiente de Registro. (Colaborou José Maria Tomazela)



Juliana, de 7 anos, bebe água de rio represado

Cacique guarani promete ampliar tribo e resistir a possível retirada

Área de preservação de mata atlântica teria sido prometida pelos antepassados

JOSÉ MARIA TOMAZELA

SETE BARRAS – Sentado no tronco de um guariruvu centenário, derrubado a machado, o cacique Ailton Garcia, de 40 anos, fuma o cachimbo da paz cismando com uma possível guerra. Depois de conduzir índios guaranis para a “terra sem mal”, uma espécie de região prometida na crença dos antepassados, ele planeja a ampliação da tribo e a resistência a um eventual despejo determinado pela Justiça. “Aqui o passarinho canta, a gente reconhece. É aqui que vamos ficar até os cabelos de todos nós ficarem brancos”, decreta.

Os índios já desmataram cerca de 10 hectares para construir suas ocas e plantar lavouras de milho, mandioca e feijão. As moradias, de pau-a-pique e cobertas com folhas de palmeiras, espalham-se por duas grandes clareiras entre os Rios Quilombo e Saibadela.

Na mais antiga habitação moram o cacique e sua família, a mulher Agostinha e os filhos Grazielle, de 13 anos, Lúcia, de 10, Juliana, de 7, Nardinho, de 5, e Renato, de 1. Foi ali que Garcia recebeu a reportagem do Estado. A equipe chegou protegida por dois policiais florestais e seis guarda-parques. Havia a informação de que os índios estavam em pé de guerra depois que souberam da ação

de reintegração de posse.

Os visitantes foram recebidos por Luis Karai, um índio de 24 anos, considerado o “policial” da aldeia. O cacique, ardeio a princípio, logo ficou à vontade. Ailton disse que todos da tribo são nascidos no Brasil. “Eu sou do Mato Grosso e cresci no Espírito Santo”, disse em português fluente.

Sobrenomes – O cacique contou que encontrou as outras famílias no litoral sul, há 12 anos. “Vieram de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, mas nenhuma da Argentina.” Os sobrenomes castelhanos – Ortega, Garcia, Aguilar – vieram dos antepassados, segundo ele.

Hoje, os pequenos Ildo, de 8 anos, e sua irmã Roseli, de 5, já não vão ao rio para o banho diário. Como os outros índios, usam a torneira na frente da oca, cuja água vem do Rio Manoelzinho, represado por uma empresa contratada da Funai. Troncos de guaiuvira, cedro e angico ainda

de verdes testemunham o desmatamento recente. Estruturas de madeira em fase de montagem indicam que novos moradores estão a caminho. Há paus e galhos calcinados pelo fogo.

Segundo o biólogo, os guarda-parques já não vêem uma onça-pintada que vivia por ali. Os monocarvoeiros, as jacutingas e os macucos escassearam. O cacique diz que os índios só caçam quando não chega a cesta básica da Funai. Ele espera agora a instalação de uma escola para a tribo. “Escola da cidade não é boa porque ensina outros costumes.”

FUNAI DEU SUPORTE PARA GRUPO SE INSTALAR